

## O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992)

David Maciel<sup>1</sup>

### Introdução

Nestas breves notas trataremos do governo Collor (1990-1992) e do processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil. Aqui apresentamos os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento intitulada “A democracia confrontada: emergência neoliberal e crise política (1990-1994)”.

Mesmo considerando a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), consideramos que a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Numa situação de prorrogação da crise de hegemonia burguesa iniciada nos anos 80 e de vigência precária da institucionalidade democrática recém instalada no Estado brasileiro, o projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social. Mesmo após o término da transição política que substituiu a institucionalidade autoritária, criada durante a Ditadura Militar, pela institucionalidade democrática instituída pela Constituição de 1988 e confirmada pela eleição presidencial de 1989, a crise política iniciada com a crise da Ditadura Militar permaneceu, evidenciando claramente a ausência de unidade entre as classes e frações do bloco no poder em torno de

<sup>1</sup>Doutor em História e professor da Faculdade de História da UFG.

um projeto histórico de largo fôlego e a permanência do movimento social das classes subalternas como alternativa de governo e poder, além da própria fragilidade da democracia recém-instalada. A debilidade da situação cesarista sob Collor, o fracasso dos dois planos econômicos editados em sua gestão e o próprio processo de *impeachment* que o tirou do poder demonstram de modo sintético as dificuldades de implantação do projeto neoliberal e as contradições sociais que gerou, além do agravamento da crise de hegemonia burguesa e das dissensões inter-burguesas diante do projeto neoliberal. No entanto, dificuldades e contradições insuficientes para impedir sua retomada e consolidação nos governos posteriores e a superação dos obstáculos à construção de uma nova hegemonia burguesa, desta vez de feição neoliberal.

### **Collor: ascensão e queda**

O período que abrange da posse de Fernando Collor, em março de 1990 ao seu afastamento da presidência da República, em setembro de 1992, é caracterizado pelo acirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapso do Plano Cruzado e o início do processo constituinte. Suas origens remontam à crise conjuntural que envolveu os dois últimos governos da Ditadura Militar e se prorrogou para os dois primeiros anos do governo da Nova República, evoluindo para uma crise

de hegemonia em suas fases finais<sup>2</sup>. Na verdade, trata-se da crise de um padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e baseado numa aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação. A crise do Estado desenvolvimentista, que evidencia as dificuldades de transição para um novo padrão de acumulação, foi enormemente amplificada pela crise política da Ditadura Militar, o que ocasionou o acirramento do processo da luta de classes, com a emergência à cena política do movimento social das classes subalternas, e a luta pela democratização (Maciel, 2004).

Após a Ditadura Militar, o governo da Nova República tentou aliar a retomada do Estado desenvolvimentista, com a tentativa de reforço do papel econômico indutor do Estado, à implementação de uma nova reforma na institucionalidade autoritária, com vistas a garantir o predomínio dos interesses conservadores e autocráticos no processo de elaboração da nova constituição. Apesar de obter sucesso em sua empreitada política, frustrando a perspectiva democrática de amplos setores sociais, o governo Sarney viu naufragar a perspectiva desenvolvimentista com o fracasso do Plano Cruzado e da política econômica heterodoxa. Nesta situação, o conflito político e social se intensificou progressivamente, tendo o Congresso Constituinte como cenário principal e tendo como pano de fundo a crise no sistema de representação política, manifesta na crise dos grandes partidos, o reforço da tutela militar sobre o governo e o predomínio definitivo de uma orientação ortodoxa e neoliberal na condução da política econômica (Maciel, 2008).

<sup>2</sup> Para os conceitos de crise conjuntural e crise de hegemonia, ver Gramsci (2000, p. 37).

Marcado por forte mobilização social, mesmo das classes dominantes, pela incapacidade dos partidos governistas de viabilizar uma perspectiva política consensual e pela intensa pressão do governo e dos militares sobre os constituintes em defesa das teses conservadoras, o processo de elaboração da nova constituição revelou toda a profundidade e extensão da crise de hegemonia. Apesar do caráter predominantemente autocrático – o que apenas reformou o Estado autocrático-burguês no Brasil<sup>3</sup> –, determinado pela incorporação à nova institucionalidade democrática de diversos aspectos fundamentais da institucionalidade autoritária pretensamente abolida, a Constituição de 1988 também incorporou diversos direitos sociais e políticos defendidos pelas forças democráticas e pelo movimento social das classes subalternas. Esta situação revelou não só a força política das classes subalternas, apesar de todas as manobras para esvaziar sua influência no processo constituinte, mas a ausência de unidade entre as frações do bloco no poder, cujas dissensões permitiram o avanço político das forças de esquerda (Maciel, 2008).

Nas eleições presidenciais de 1989 a crise da hegemonia burguesa se manifestou não só no baixíssimo desempenho eleitoral dos grandes partidos e na incapacidade do governo Sarney em conduzir o processo de disputa, mas na própria pluralidade de projetos políticos apresentados pelas candidaturas ligadas ao bloco no poder, indo desde o “desenvolvimentismo reformista” de Ulysses Guimarães até o “neoliberalismo extremado” de Fernando Collor. Além disto, a polarização entre Collor e Lula no 2º turno das eleições presidenciais indica que, apesar de todo o movimento transformista operado pelo

<sup>3</sup> Para o conceito de Estado autocrático-burguês ver Fernandes (1987, p. 292-293).

Estado e pelo bloco no poder em relação ao movimento social das classes subalternas, a crise de hegemonia burguesa atingiu tal magnitude que um projeto político radicalmente reformista e de conteúdo anti-autocrático, o projeto democrático-popular do PT, foi colocado na disputa eleitoral com reais chances de vitória (*idem*).

A união política das diversas frações burguesas em torno da candidatura de Fernando Collor foi suficiente para evitar a vitória da esquerda e atualizar a situação cesarista já vigente no governo Sarney, mas não para a construção de uma nova hegemonia burguesa. O compromisso do novo presidente com o projeto neoliberal extremado mostrou-se precipitado, pois entre as frações do bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto do ideário neoliberal. Se havia consenso em relação ao corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, à redução do funcionalismo público, ao controle do déficit público e à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição, as dissensões nas questões da abertura comercial e bancária e da privatização das estatais eram suficientemente fortes para impedir a formação de uma sólida base de apoio do governo no Congresso. Setores importantes do grande capital nacional, como o capital bancário e o capital industrial, tinham uma postura reticente ou mesmo hostil a estas propostas, seja porque perderiam espaço no mercado com a concorrência externa, seja porque tinham forte dependência do setor produtivo estatal. Isto sem falar na resistência dos diversos segmentos da burguesia de Estado à redução ou mesmo ao desaparecimento das empresas estatais. A perspectiva messiânica do plano econômico anunciado no dia seguinte à posse, Plano Collor I, foi insuficiente para garantir nada mais do que apoio popular inorgânico e para debelar a escalada inflacionária e recessiva (Oliveira, 1992, p. 47-53).

Fundamentado na redução forçada da liquidez como mecanismo de controle da taxa inflacionária, o Plano Collor I determinou o confisco dos ativos de contas correntes e aplicações financeiras, limitando os saques a Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 25.000,00 respectivamente. O saldo restante seria confiscado pelo Banco Central e devolvido após 18 meses em 12 parcelas mensais. Tal medida atingiu principalmente os pequenos correntistas e poupadores, pois as grandes empresas e grandes aplicadores lograram liberar a maior parte de seus ativos por meio de diversos mecanismos, como os leilões de remonetização, a pressão política, a fraude contábil ou a “compra” de dívidas. Além disso, o plano determinou uma reforma monetária, com a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, sem qualquer corte de dígitos, o reajuste das diversas tarifas públicas, seguido da proibição de reajustes de preços e salários além do índice inflacionário, o aumento

da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a definição da taxa de câmbio pelos critérios de mercado e a liberação das importações. Finalmente, o plano previa um amplo programa de privatização das empresas estatais denominado Programa Nacional de Desestatização, e uma ampla reforma administrativa (Neves e Fagundes, 1996, p. 163-164).

Apesar de medidas aparentadas com o receituário heterodoxo, como a reforma monetária e o controle de preços, o conteúdo econômico do plano era marcadamente ortodoxo e neoliberal, evidente na estratégia de contenção da inflação pela redução drástica da liquidez, na liberalização da taxa de câmbio e das importações e no projeto de reforma patrimonial e administrativa do Estado. Na verdade, o Plano Collor I anunciou a aurora da era neoliberal, que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas. Esta ofensiva tornava-se crucial para os interesses do grande capital monopolista, seja em função da perspectiva de aumento da taxa de mais-valia como forma de reversão da tendência de queda na taxa de lucro motivada pela recessão econômica, seja pela imperiosa necessidade de desencadear o processo de reestruturação produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo produtivo, baseadas na desregulamentação do mercado de trabalho. A perspectiva governamental de abertura comercial e financeira acirrava ainda mais a pressão pela reestruturação produtiva, diante da possibilidade de ampliação da concorrência externa (Tumolo, 2002).

No entanto, os resultados no combate à inflação mostraram-se limitados desde o início da vigência do

plano. Se a inflação cai da incrível taxa de 81,3% no mês de março de 1990, para 11,3% em abril, 9,1% em maio e 9,05 em junho; em julho retoma-se uma tendência de alta que leva ao índice de 21,1% em fevereiro de 1991 (FILGUEIRAS, 2000, p. 89). A rápida remonetização da economia, fazendo o confisco dos ativos bancários valerem, basicamente, para os pequenos correntistas, o desequilíbrio de preços em diversos setores, a defasagem na taxa de câmbio e as restrições externas ao financiamento de novos investimentos impediram o real controle da moeda e geraram um quadro econômico recessivo. Num cenário de crescimento do desemprego e de rebaixamento da renda salarial, a taxa de crescimento do PIB foi negativa em 1990, atingindo o elevado índice de -4,4% (Boito Jr. 2005, p. 160), *record* histórico, pois desde 1908 não havia um decréscimo tão acentuado. Paralelamente, o processo de redefinição do papel econômico e social do Estado se inicia, com a venda de estatais, principalmente dos setores de siderurgia e petroquímico/fertilizantes, e segue com a extinção de órgãos e com os primeiros cortes de pessoal no funcionalismo público (Gremaud, Saes e Toneto Jr., 1997, p. 238-240). Em seu governo, Collor privatizou 18 empresas estatais, por um montante de 5.371 milhões de dólares, incluindo-se valor de venda e dívidas transferidas (Filgueiras, 2000, p. 114).

A ofensiva neoliberal efetuada pelo governo atraiu o apoio de grande parte da mídia e de frações do bloco no poder, particularmente o capital externo e os setores importadores, mas também setores das classes subalternas, seja o movimento sindical identificado com a plataforma neoliberal e ligado à corrente do “sindicalismo de resultados”, que mais tarde criaria a Força Sindical e cujo principal dirigente era o Ministro do Trabalho, sejam os setores sociais desorganizados politicamente

e polarizados ideologicamente pela apelação midiática promovida pelo presidente. Segundo Oliveira (1992), a apelação (midiática), e não a interpelação, em torno da pretensa modernidade do projeto neoliberal a ser implantada contra tudo e contra todos pelo “cavaleiro errante”, fundamenta o messianismo de Collor. Porém, se tal apoio deu ao governo capacidade de iniciativa, inclusive na montagem de um vigoroso esquema de corrupção ligado ao presidente e seus principais auxiliares (Krieger, Novaes e Faria, 1992), e na aprovação da maioria das medidas provisórias enviadas ao Congresso, mostrou-se insuficiente para a montagem de uma ampla base de apoio parlamentar.

Nas eleições de 1990, quando o governo apostou no crescimento significativo de sua influência política, inclusive utilizando amplo esquema de corrupção para financiar a campanha de seus candidatos (Krieger, Novaes e Faria, 1992), os resultados ficaram bastante aquém do esperado. O PRN, partido do presidente, conseguiu apenas a 6ª maior bancada no Congresso, perdendo para o PDT e o PSDB e empatando com o PTB, e elegeu um pequeno número de governadores (Souza, 1992, p. 192). Mesmo as diversas tentativas de atração do PSDB, levando lideranças do partido, como Fernando Henrique Cardoso, a várias conversas com o presidente, mostraram-se infrutíferas (Dimenstein e Souza, 1994, p. 56-67). Apenas Hélio Jaguaribe, cientista político e fundador do partido, e Celso Lafer, professor e diplomata, aderiram individualmente ao governo.

Com menos de um ano de mandato, Collor anunciava um novo plano econômico (Collor II), também impotente diante da crise econômica e da inflação, e logo em seguida promovia significativa mudança no comando da equipe econômica, com a entrega do Ministério da Economia para Marcílio Marques Moreira, diplomata e economista ligado ao capital financeiro. Este passa a adotar uma orientação marcadamente ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte de gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa, estas últimas medidas visando favorecer a entrada de capitais e a melhora das relações com o sistema financeiro internacional (Gremaud, Saes e Toneto Jr., 1997, p. 238-240). Mesmo assim, a escalada inflacionária continuou, com o IGP (Índice Geral de Preços) fechando o ano de 1991 com 404,70% e dobrando em 1992, subindo para 991,4% (FILGUEIRAS, 2000, p. 155). Ao lado de um acelerado aumento da taxa de desemprego e da redução dos salários, a taxa de crescimento do PIB, que já tinha sido fortemente negativa em 1990 (-4,4%),

elevou-se timidamente em 1991 (1,1%), para cair novamente em 1992 (-0,9%), configurando uma clara recessão econômica (Boito Jr., 2005, p. 160).

O descontentamento popular e mesmo de diversas frações burguesas manifestou-se vigorosamente já a partir de 1991, levando o governo a um processo progressivo de deslegitimação e de perda de direção política. O esgotamento do “tempo messiânico” (Oliveira, 1992), obrigou o governo à inglória tarefa de buscar apoio entre as forças políticas, abrindo ainda mais o balcão de negociações fisiológicas com diversos partidos e lideranças conservadoras como o PFL, o PDS e o PRN, que já participavam do governo, além do PTB, do PL, do PDC e governadores de diversos partidos, inclusive do PMDB (Meneguello, 1998, p. 109-120). A partir de 1992, as denúncias contra o esquema de corrupção montado por assessores do presidente, com a sua anuência e para seu benefício pessoal, precipitaram o processo de crise política que culminou no *impeachment*, em dezembro. Enquanto Collor entregava seu ministério ao PFL para obter apoio político, acirrando mais ainda o perfil conservador e fisiológico do governo, surgia um amplo movimento político pela derrubada do presidente. Apoiado por diversas forças sociais e partidos políticos, o “Fora Collor” se notabilizou por reeditar uma campanha política policlassista e de perfil nacional, como nas “Diretas Já” de 1984.

Sob a liderança das forças políticas e sociais que apoiaram a candidatura Lula em 1989, a campanha apresentou um perfil anti-neoliberal em alguns aspectos, no entanto, prevaleceram as bandeiras da probidade administrativa, da anticorrupção e da “ética na política” como conteúdo ideológico fundamental. Mesmo setores da mídia que apoiaram a candidatura Collor vigorosamente em 1989, como a Rede Globo e a *Revista Veja*, agora se integravam à campanha reforçando a separação entre a defesa do *impeachment* e o questionamento da agenda neoliberal (Fonseca, 2005, p. 366-378). A centralidade da questão ética na luta e no discurso das forças opositoras indica a inflexão moderada sofrida no movimento social das classes subalternas após a derrota de 1989, principalmente na CUT e no PT.

Na CUT, já na Plenária Nacional realizada em agosto de 1990 inicia-se uma redefinição da perspectiva de luta sindical da entidade, relativamente abalada pela derrota eleitoral da candidatura Lula em 1989, pela ofensiva ideológica promovida pelos setores conservadores com a crise dos regimes do Leste Europeu e pela própria conjuntura de rebaixamento salarial e aumento do desemprego. Nesta nova orientação, a prática *cutista* de enfrentamento com o governo e o patronato,

que atingiu o auge nos anos de 1987-1989, passou a ser questionada como insuficiente e meramente “reativa” ou “defensiva”, devendo ser substituída por uma nova postura, “propositiva”, oferecendo alternativas, ao invés do simples oposicionismo. Apesar da manutenção da plataforma combativa e da oposição ao neoliberalismo no discurso da entidade, esta nova orientação foi confirmada no IV Concut, realizado em setembro de 1991 e na V Plenária Nacional, de julho de 1992. O resultado prático desta orientação foi a redução no número de greves, a participação de sindicatos filiados à central nas câmaras setoriais, juntamente com as associações patronais e o governo, e o desenvolvimento de uma ação propositiva junto ao governo e ao empresariado, com a elaboração de diversos documentos contendo propostas afirmativas em inúmeros temas (Boito Jr, 2005, p. 161-169).

Enquanto a CUT inicia seu longo movimento de acomodação à estrutura sindical estatal e de abandono da tática de mobilização e de greves em favor da negociação e das ações judiciais, o PT atenua o caráter anti-capitalista de seu programa, em favor da defesa abstrata da “democracia”, reformula a política de alianças em direção às forças políticas de centro e às frações do capital e reforça a via institucional-parlamentar como caminho para a conquista eleitoral do governo e do poder em 1994. Já no 7º Encontro Nacional, realizado em 1990, inicia-se uma trajetória que se manterá no I Congresso Nacional (1991) e mesmo no 8º Encontro Nacional (1993), quando os setores de esquerda do partido avançam, mas não de modo suficiente para reverter a inflexão moderada em curso. Apesar de o programa partidário ser mantido em linhas gerais, a crítica ao pretenso radicalismo do partido, responsabilizado pela derrota de 1989, e a defesa de uma reformulação tática e estratégica dão o tom dos debates

partidários no período. A ampliação da política de alianças em direção ao centro, a identificação do socialismo com a democracia, e não com a socialização dos meios de produção e a criação de um governo dos trabalhadores, e o deslocamento da luta pela conquista do Estado em favor de uma indefinida conquista da hegemonia na sociedade civil como eixo político estratégico da ação partidária, indicam o processo de alteração da práxis política e do projeto político do PT (Iasi, 2006, p. 452-492).

Apesar da postura francamente ofensiva em relação à institucionalidade democrática recém criada, manifesta na postura autoritária do presidente em relação aos direitos trabalhistas, ao funcionalismo público e ao próprio Congresso, o governo não logrou salvar-se recorrendo a um golpe preventivo ou ao apoio militar. O máximo que conseguiu foi entregar o ministério para as forças políticas que apoiaram a Ditadura Militar, principalmente o PFL e o PDS, em troca de apoio fisiológico do Congresso. Collor não era Sarney. Os militares mantiveram-se passivos diante do desenrolar da crise não por qualquer compromisso com o rito democrático previsto constitucionalmente, mas porque a perspectiva de desmonte do aparato estatal, particularmente no tocante ao arrocho salarial, ao sucateamento dos equipamentos e instalações militares e ao enxugamento de gastos, também atingia os seus interesses específicos. Apesar de prometer o combate à tutela militar e o desmonte do aparato repressivo e de informações, Collor não passou da bravata e de medidas de *marketing* político, como a pretensa extinção do SNI (na verdade foi transformado em Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com a manutenção da maior parte de seus agentes) e o enterro simbólico do programa nuclear brasileiro com a desativação do poço de testes nucleares da Serra do Cachimbo, no Pará

(Zaverucha, 2000). Sua fraqueza política não lhe permitiu ir além disto. No entanto, seu neoliberalismo extremado determinou que os militares se tornassem indiferentes ao seu destino político. Em outubro de 1992 o Senado abriu as investigações e Collor era afastado da presidência para não mais voltar. Seu pedido de renúncia, em dezembro de 1992, não o poupou do *impeachment* e da perda dos direitos políticos.

### **Conclusões provisórias**

Desde o governo Sarney vigorava uma *situação cesarista*, baseada na capacidade do governo em aglutinar em torno de si um campo político conservador, porém incapaz de dirigir o bloco no poder no sentido *do que fazer*, ou seja, no sentido da definição de um projeto histórico que superasse a crise de hegemonia reunificando as frações burguesas, mas suficientemente articulado para definir *o que não fazer*, ou seja, impedir que a substituição da institucionalidade autoritária por uma institucionalidade democrática abolisse plenamente os elementos autocrático-burgueses do Estado brasileiro, possibilitando a ascensão política das classes subalternas e a construção de um movimento contra-hegemônico (Maciel, 2008). Em outras palavras, se comparamos com o cesarismo militar e com o conceito de cesarismo (Gramsci, 2000, p. 76-79), o comportamento cesarista assumido pelo governo Sarney diante das distintas frações do bloco no poder se deu num sentido muito mais defensivo, evitando que a crise de hegemonia atingisse um grau irreversível de desagregação da ordem, com consequências imprevisíveis para a continuidade da dominação burguesa.

A tutela militar sobre o governo Sarney – herança do cesarismo militar da época da Ditadura – foi a base de sustentação da situação cesarista do período, porém sem que se dispensasse a utilização da institucionalidade autoritária como mecanismo de controle do conflito político, a manipulação do Congresso Nacional e dos partidos durante o processo constituinte, a formação de maiorias políticas fisiológicas, as ameaças permanentes de retrocesso institucional, o uso e abuso do aparato repressivo e de informações.

No governo Collor a permanência da tutela militar indica a perenidade das condições de viabilização da situação cesarista, porém em situação distinta. Diversos autores, como Oliveira (1992), Cruz (1997) e Antunes (2004), atribuem ao governo Collor uma pretensão cesarista/ bonapartista, mais próxima do “delírio” e da “aventura” do que propriamente da criação de um sistema político com estas características. O comportamento imperial do presidente perante as forças políticas institucionalizadas

(partidos e sindicatos) e os outros poderes da República, a apelação imediata e midiática às massas populares desorganizadas e a “pretensão de unanimidade” conferida ao discurso modernizador sugerem a presença de características definidoras do cesarismo/bonapartismo. Porém, faltou-lhe a capacidade de direção política do bloco no poder, conferindo-lhe unidade política, e de mobilização popular sustentável e permanente. Collor atua numa institucionalidade política que confere supremacia política ao poder Executivo e subordina os governos civis à tutela militar, características institucionais que favorecem a criação do cesarismo e definem de antemão o estabelecimento de uma situação cesarista. No entanto, a incapacidade de ir além do “momento messiânico” – estabelecido na sua irrupção na cena política como candidato e posteriormente como presidente eleito com a apresentação do Plano Collor I – impôs um limite estrutural à viabilização do cesarismo político, mantendo apenas a situação cesarista, mesmo que em condições precárias. Isto porque, apesar de anunciar uma ruptura política e social com o Estado desenvolvimentista e com a aliança político-social desenvolvimentista, ambos em crise, não houve o estabelecimento de uma coalizão política ampla o suficiente para sustentar o governo e a aplicação continuada e progressiva do programa neoliberal. Paralelamente, o apoio militar, que poderia viabilizar esta sustentação, com óbvios rebatimentos no Congresso e na esfera de representação política, não se configurou pelo descontentamento das Forças Armadas com os cortes orçamentários e o arrocho salarial imposto aos militares. Deste modo, com Collor a situação cesarista não evoluiu para o cesarismo propriamente dito, mantendo-se precariamente e de forma errática. Esta debilidade política estrutural foi decisiva para sua queda, suscitando a retomada do projeto neoliberal em novas bases políticas.

### Referências

ALCOFORADO, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BOITO JR. Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

## artigos . O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

CRUZ, Sebastião Velasco e. *O presente como História: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias. *A história real: trama de uma sucessão*. São Paulo: Editora Ática/Folha de São Paulo, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M de e TONETO JR., Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 357-515.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antonio e FARIA, Tales. *Todos os sócios do presidente*. 3. ed. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. "De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)". Goiânia, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, 2008.

MARTINS FILHO, João R. "Globalização e Forças Armadas no Brasil". In *Crítica Marxista*, número 15, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 85- 106.

MELLO, Pedro Collor de. *Passando a limpo. A trajetória de um farsante: memórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985- 1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NEVES, Newton J. de O.; FAGUNDES, Milton. *Collor: o artífice do caos*. 2. ed. São Paulo: Mission Edições e Eventos Ltda. 1996.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

PAULANI, Leda e PATO, Christy Ganzert. "Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século". In PAULA, João Antonio de. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 37-68.

SENRA, Stella. "Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor" In: D'INCAO, Maria A. (org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 41-60.

SILVA, Cláudio H. Rosa e. *Mil dias de solidão: Collor bateu e levou*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

SOUZA, Amaury de. O sistema político-partidário. in JAGUARIBE, Hélio (Org.). *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 157-198.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.